

Anuários Estatísticos Regionais 2014

Anuários Estatísticos Regionais – Informação estatística à escala regional e municipal

O INE divulga os Anuários Estatísticos Regionais, que constituem a publicação de referência na disponibilização de informação estatística à escala regional e municipal, de apoio à leitura de trajetórias regionais de desenvolvimento e ao estudo de problemáticas de base territorial.

A maioria da informação estatística é disponibilizada ao nível do município organizada de acordo com a nova nomenclatura NUTS 2013, constituindo um importante instrumento de análise para a administração local e para o conhecimento dos espaços de vivência quotidiana dos cidadãos.

A informação dos Anuários Estatísticos Regionais é disponibilizada através de sete publicações autónomas correspondentes a cada região NUTS II: Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores (da responsabilidade do SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores) e Região Autónoma da Madeira (da responsabilidade da DREM – Direção Regional de Estatística da Madeira).

As publicações disponibilizam mais de 200 quadros, organizados em quatro capítulos – *O Território, A Atividade económica, As Pessoas e O Estado* – que abrangem 26 subcapítulos relativos às diversas áreas temáticas. No início de cada subcapítulo, apresenta-se um conjunto de indicadores de síntese, visando a comparação do posicionamento relativo das diferentes unidades territoriais no contexto dos fenómenos retratados. Os quadros de informação são apresentados em formato bilingue (português e inglês) e disponibilizam as hiperligações para os indicadores da Base de Dados *on-line* do Portal de Estatísticas Oficiais (www.ine.pt). A título ilustrativo, apresenta-se um quadro do subcapítulo *Turismo*.

INDICADORES DOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO POR MUNICÍPIO, 2014

III.11.1	Estada média de hóspedes estrangeiros/os	Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	Hóspedes por habitante	Proporção de hóspedes de países estrangeiros	Proporção de dormidas entre julho-setembro	Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes	Proveitos de aposento por capacidade de alojamento
	N.º de noites	N.º		%		N.º	milhares de euros
Portugal	3,4	32,9	1,7	57,2	39,4	468,3	4,8
Continente	3,1	30,4	1,6	55,6	40,3	415,2	4,7
Norte	2,1	14,3	0,9	43,7	36,4	166,9	3,7
Alto Minho	2,2	21,9	0,9	31,3	46,6	155,7	2,3
Arcos de Valdevez	3,0	17,8	0,4	25,8	45,8	84,0	1,2
Caminha	2,7	44,9	1,5	27,7	54,5	300,3	2,3
(...)							

© INE, I.P., Portugal, 2015. Informação disponível até 30 de setembro de 2015. Information available till 30th September, 2015.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Turismo.
Source: Statistics Portugal, Tourism Statistics.

Nota: Os dados apresentados referem-se ao total do alojamento turístico e abrangem a hotelaria (hotéis, hotéis-apartamentos, pousadas, apartamentos e aldeamentos turísticos), o alojamento local e o turismo no espaço rural e turismo de habitação. O desfasamento temporal existente entre os dados da capacidade de alojamento e os da permanência nos estabelecimentos de alojamento turístico permite a existência de casos em que a unidade territorial não apresenta valores de capacidade (estabelecimentos e capacidade de alojamento) e apresenta valores de permanência (dormidas, hóspedes e proveitos).

Note: Data cover the total of tourism accommodation and the hotel accommodation activity (hotels, apartment hotels, hostels, apartments and holiday villages), local accommodation and rural tourism and housing tourism, according to the current legislation governing the sector. Due to the difference in time for the availability of data, there are cases where figures for establishments and lodging capacity are unavailable but available for number of nights, guests and lodging income.

Apresenta-se em seguida, a título exemplificativo, uma breve análise de alguma da informação disponibilizada nos seguintes subcapítulos: População, Cultura e desporto, Empresas e estabelecimentos, Construção e habitação, Setor monetário e financeiro e Participação política.

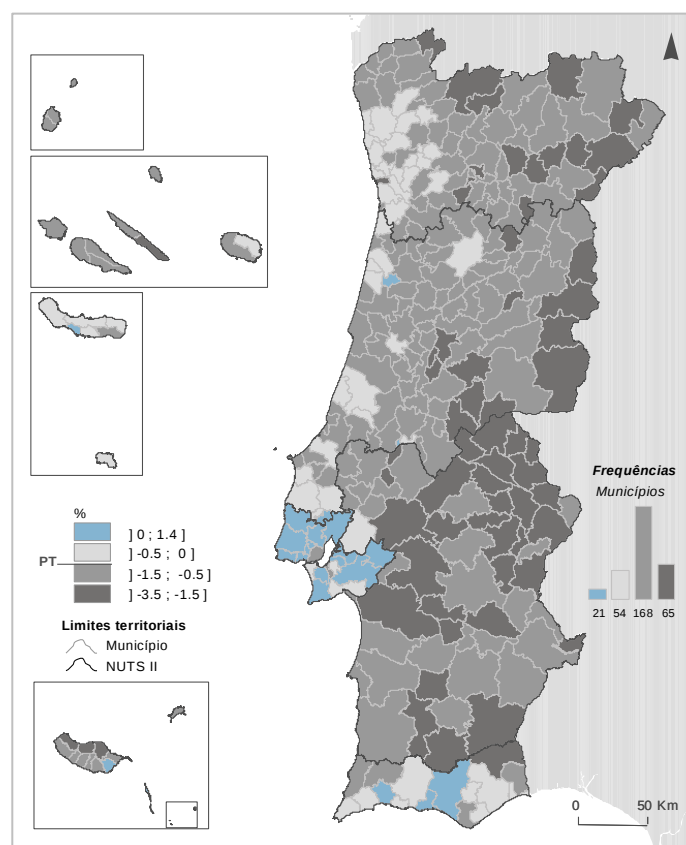
POPULAÇÃO

A população residente em Portugal, em 31 de dezembro de 2014, foi estimada em 10 374 822, o que significou uma diminuição de -0,50% face ao valor estimado para o ano anterior, mantendo, assim, a tendência negativa de crescimento populacional registada nos quatro anos anteriores (-0,01%, entre 2009 e 2010, -0,29% entre 2010 e 2011, -0,52% entre 2011 e 2012, e -0,57% entre 2012 e 2013).

Entre 2013 e 2014, a Área Metropolitana de Lisboa foi a única região NUTS II onde a população aumentou: 0,06%. O Alentejo e a Região Autónoma da Madeira foram, por outro lado, as regiões com maior decréscimo populacional, com taxas de crescimento efetivo de -1,35% e -1,01%, respetivamente.

Apenas para 21 dos 308 municípios se estimou um crescimento da população, tratando-se de municípios maioritariamente localizados na Área Metropolitana de Lisboa (13). Por outro lado, a população não aumentou em nenhum município das regiões Norte e Alentejo, verificando-se, em particular, um decréscimo populacional mais acentuado na maioria dos municípios de fronteira.

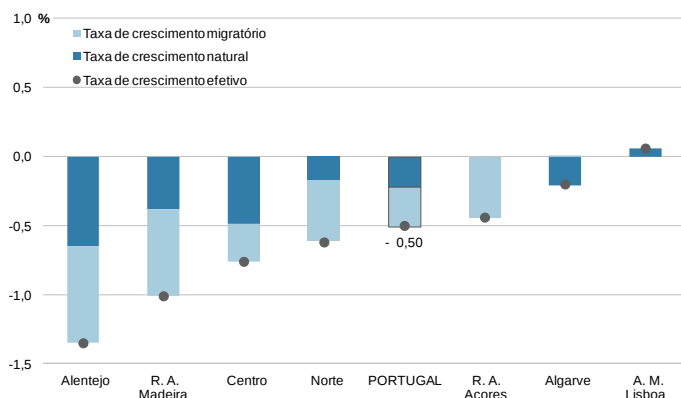
Taxa de crescimento efetivo da população residente, por município, 2013/2014



O decréscimo da população residente em Portugal entre 2013 e 2014 decorreu de taxas de crescimento negativas, quer na componente natural (que reflete o acréscimo populacional resultante do saldo entre o número de nados-vivos e o número de óbitos), quer na componente migratória (que abrange migrações internas e internacionais), tendo o saldo migratório tido um contributo maior (taxa de crescimento de -0,29%) do que o saldo natural (-0,22%).

A maior importância do saldo migratório para a variação do efetivo populacional estendeu-se a todas as regiões, com exceção das regiões Centro e Algarve, onde a taxa de crescimento natural teve maior importância para o decréscimo da população.

Taxa de crescimento da população residente e suas componentes, Portugal e NUTS II, 2013/2014

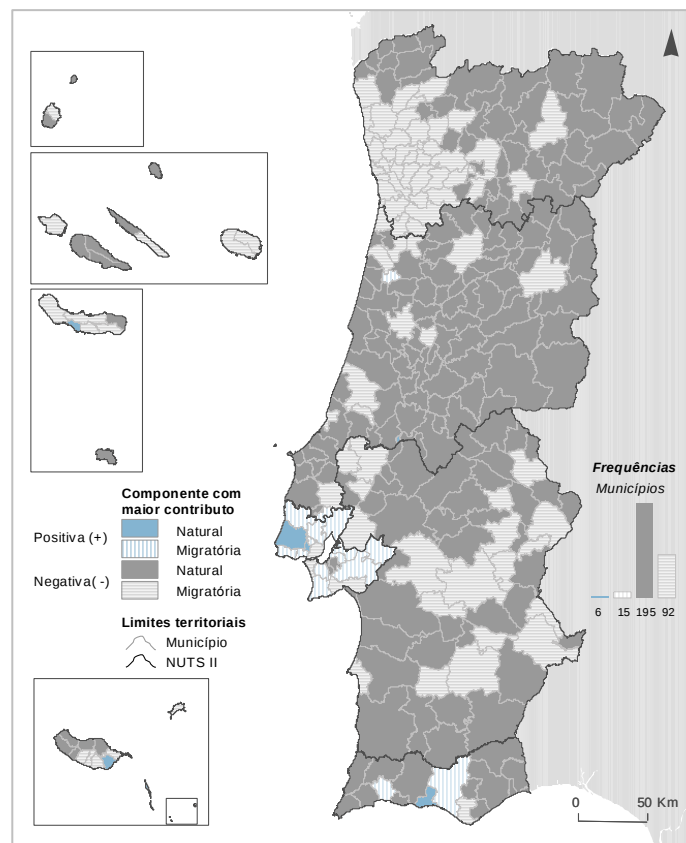


A decomposição da evolução da população entre 2013 e 2014 destaca a maior importância da componente natural para o decréscimo populacional em 195 dos 287 municípios em que ocorreu uma diminuição da população residente. Nos municípios da região Norte verificou-se uma distinção entre o maior contributo da diminuição do saldo natural nos municípios do Interior, enquanto o saldo migratório negativo foi mais relevante nos municípios das sub-regiões do Litoral e das NUTS III contíguas.

Em apenas 6 dos 21 municípios do país que registaram um aumento populacional, se verificou um maior contributo do saldo natural para o aumento da população estimada: Entroncamento (região Centro), Amadora e Sintra na Área Metropolitana de Lisboa, Albufeira (Algarve), Lagoa (Região Autónoma dos Açores) e Santa Cruz (Região Autónoma da Madeira).

Os movimentos migratórios contribuíram de forma mais relevante para o aumento da população em 11 dos 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

Decomposição da taxa de crescimento efetivo da população residente, por município, 2013/2014

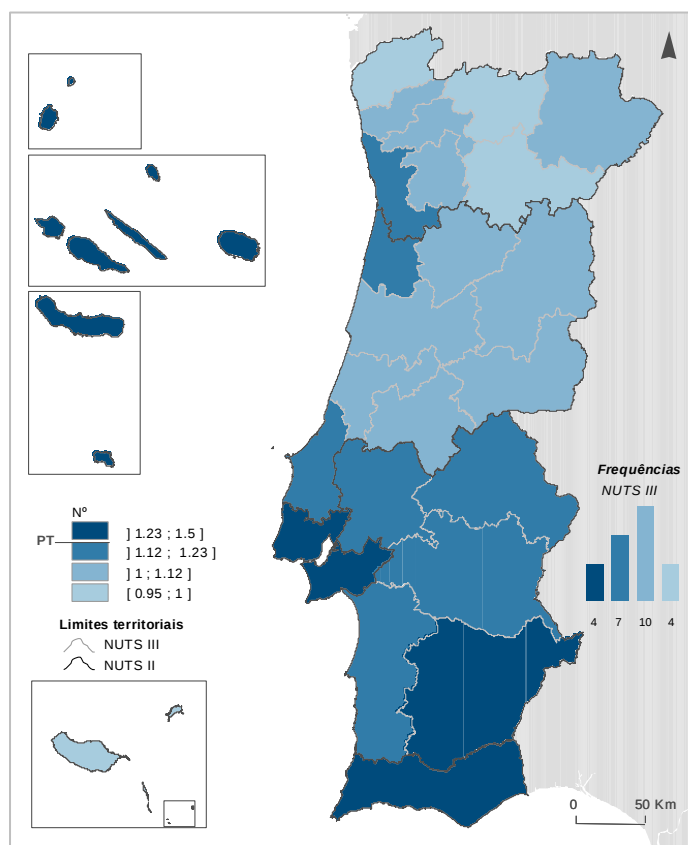


O índice sintético de fecundidade corresponde ao número médio de crianças por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade). Em 2014, este indicador correspondia a 1,23 crianças por mulher em idade fértil, valor bastante afastado do limite que assegura a substituição das gerações (2,1 crianças por mulher, assumindo saldos migratórios nulos e valores estáveis referentes à mortalidade).

Em 2014 todas as sub-regiões apresentavam um índice sintético de fecundidade abaixo do limiar que assegura a substituição de gerações e somente quatro NUTS III assinalavam valores superiores ao valor nacional: Área Metropolitana de Lisboa (1,50), Baixo Alentejo (1,38), Algarve (1,35) e Região Autónoma dos Açores (1,26).

A Região Autónoma da Madeira (0,95) e as sub-regiões Douro (0,96) Alto Minho (0,97) e Alto Tâmega (0,98) registavam um índice sintético de fecundidade inferior a uma criança por mulher em idade fértil.

Índice sintético de fecundidade, por NUTS III, 2014



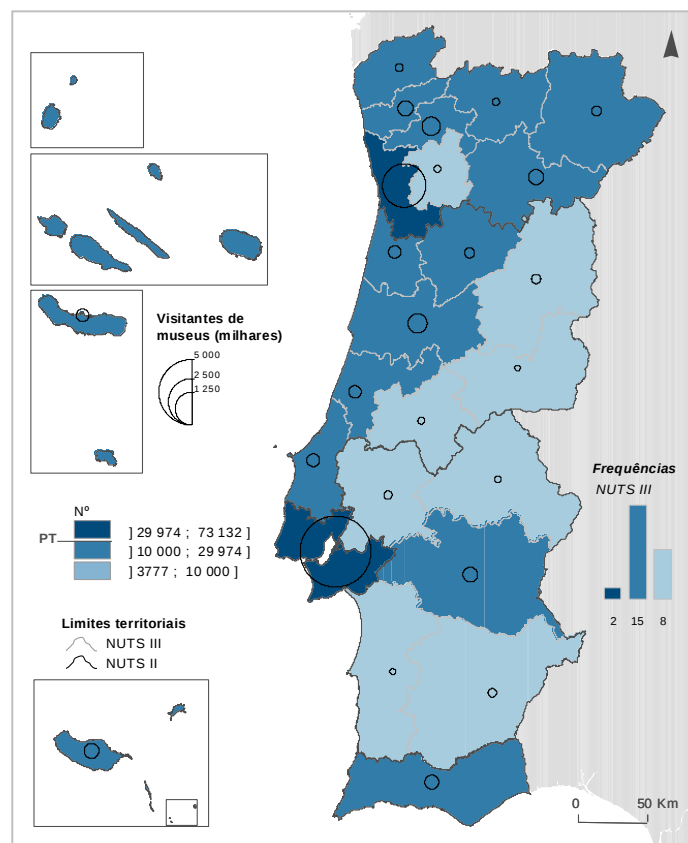
CULTURA E DESPORTO

Em 2014, o número de visitantes de museus aumentou cerca 6% relativamente ao ano anterior, situando-se aproximadamente em 30 mil visitantes por museu.

Na Área Metropolitana de Lisboa o número de visitantes por museu mais do que duplicava o valor médio nacional (73 132 visitantes por museu), seguindo-se a Área Metropolitana do Porto (54 891 visitantes por museu). Para as restantes sub-regiões do país o número de visitantes por museu situava-se abaixo do valor médio nacional.

Em 2014, o total de despesa das câmaras municipais em atividades culturais e criativas e em atividades e equipamentos desportivos diminuiu, respetivamente, 7% e 16%, em relação ao ano anterior.

Visitantes por museu e total de visitantes dos museus, por NUTS III, 2014

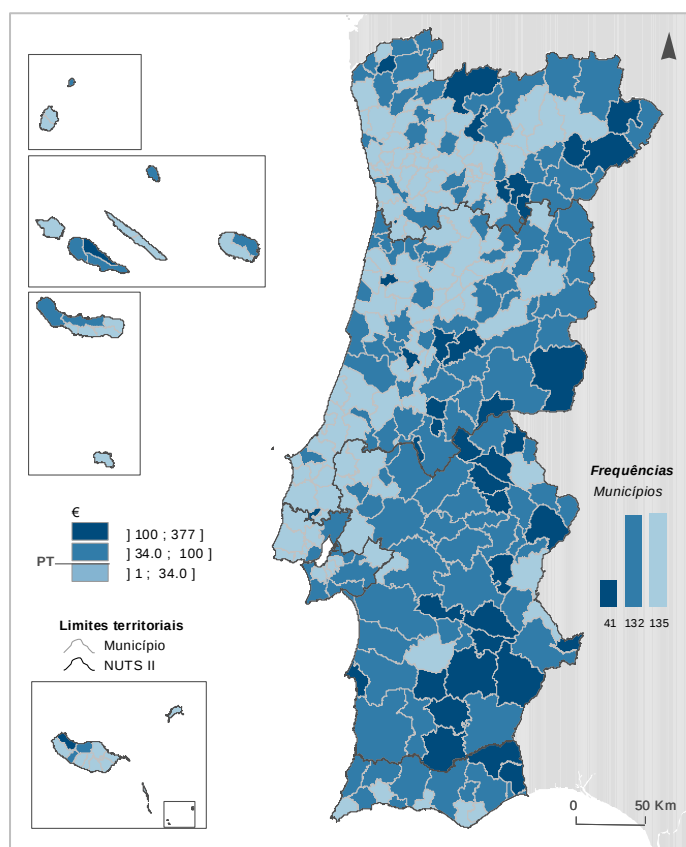


Em termos regionais, o valor despendido pelas câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante era mais elevado no Alentejo (63 euros por habitante), seguindo-se a Região Autónoma dos Açores (44 euros por habitantes), o Algarve (41 euros por habitante) e o Centro (36 euros por habitante). As restantes regiões NUTS II apresentaram valores de despesa por habitante inferiores à média nacional (34 euros por habitante).

A análise territorial permite observar valores mais elevados em municípios situados principalmente no Alentejo, no Algarve e no Interior Centro. No Alentejo

mais de 80% dos municípios apresentava valores acima da média nacional, atingindo o valor máximo em Castelo de Vide, Barrancos e Portel. Do mesmo modo, mais de metade dos municípios das regiões Algarve e Centro apresentava valores de despesa das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante acima da média nacional.

Despesa das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante, por município, 2014

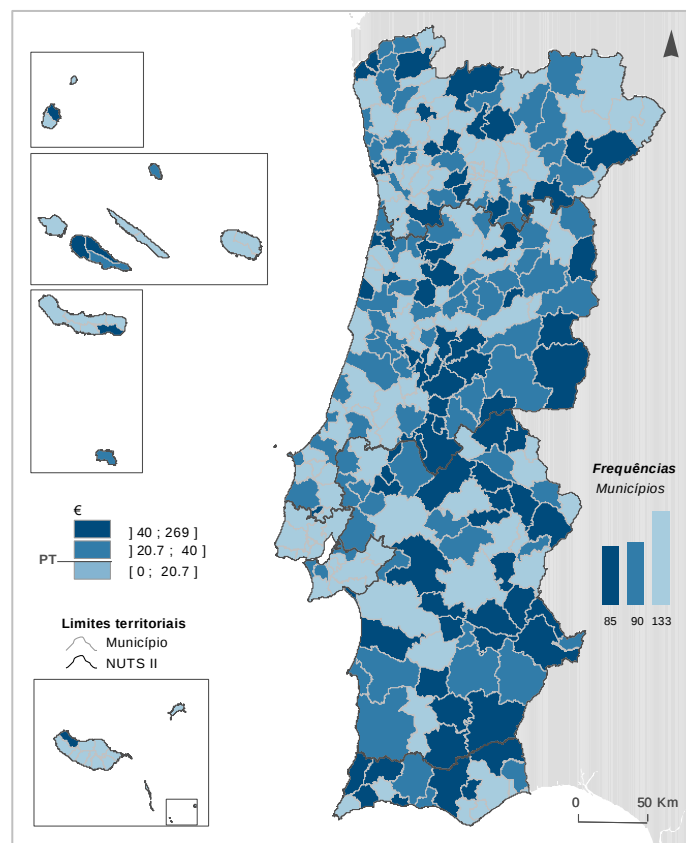


No que respeita ao total de despesa das câmaras municipais em atividades e equipamentos desportivos por habitante, apenas as regiões autónomas e a Área Metropolitana de Lisboa apresentavam valores inferiores à média nacional que se situava em 21 euros por habitante. A região do Alentejo detinha, por sua vez, o valor mais elevado de despesa por habitante (33 euros por habitante).

Na Área Metropolitana de Lisboa apenas os municípios de Alcochete, Almada e Seixal apresentavam valores acima da média nacional. Na Região Autónoma da Madeira destacava-se o município de Porto Moniz (43 euros por habitante) e na Região Autónoma dos Açores o município de Santa Cruz das Flores (169 euros por habitante) assinalava o valor máximo de despesa em atividades e equipamentos desportivos por parte das câmaras municipais.

Por outro lado, os valores de despesa das câmaras municipais em atividades e equipamentos desportivos por habitante superava a média nacional em mais de 75% dos municípios do Alentejo, atingindo o valor máximo em Reguengos de Monsaraz (127 euros por habitante), e em mais de metade dos municípios das regiões Algarve, Centro e Norte.

Despesa das câmaras municipais em atividades e equipamentos desportivos por habitante, por município, 2014



EMPRESAS E ESTABELECIMENTOS

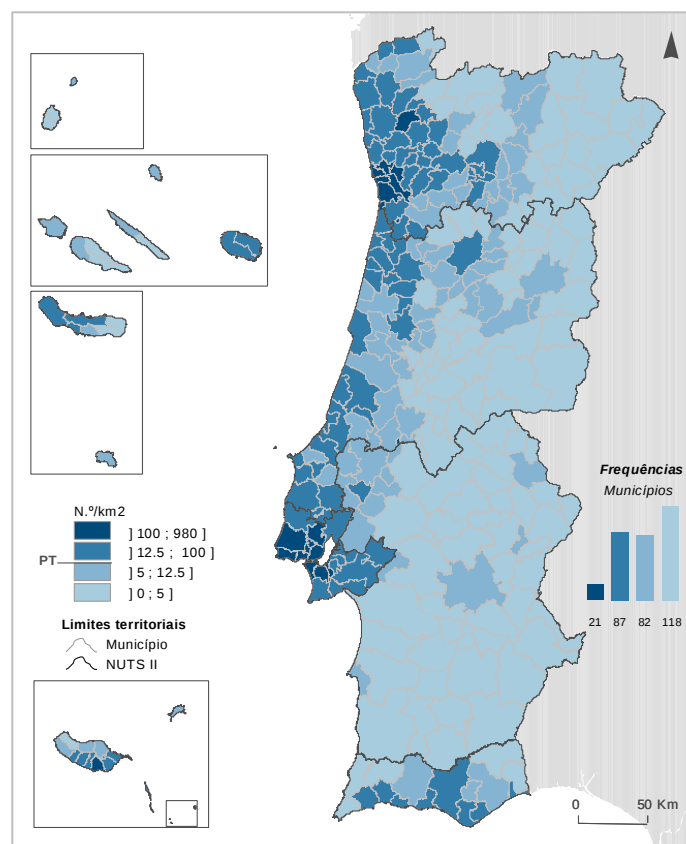
Em 2013, existiam em Portugal 1 097 milhares de empresas com 1 149 milhares de estabelecimentos localizados em território nacional.

A distribuição das empresas e estabelecimentos no território nacional não era homogénea. Em particular, a análise do número de estabelecimentos por km² mostra, no Continente, a densidade de estabelecimentos mais intensa no Litoral, numa faixa de Caminha a Setúbal e, a Sul, de Lagos a Vila Real de Santo António. Os municípios com maior concentração empresarial (mais de 100 estabelecimentos por km²) situavam-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Constituía exceção os municípios do Funchal (Região Autónoma da Madeira), Braga (Cávado) e Entroncamento (Médio Tejo).

Na ilha da Madeira era perceptível um contraste entre os municípios do Sul e do Norte, com maior densidade de estabelecimentos a Sul. Na Região Autónoma dos Açores a densidade de estabelecimentos era superior à média nacional em municípios da ilha de São Miguel (Ponta Delgada, Lagoa e Ribeira Grande) e na ilha Terceira.

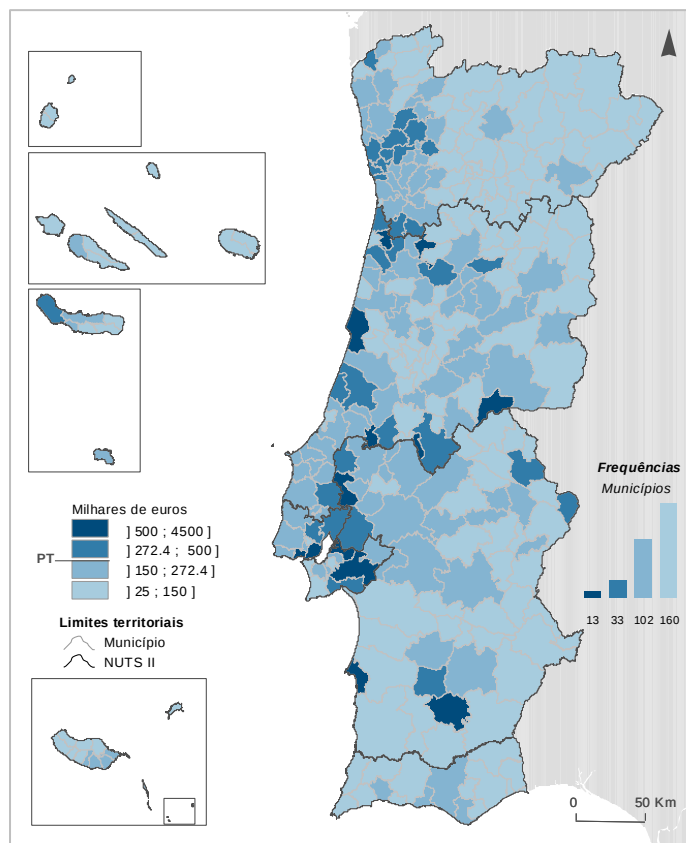
Em 2013, os estabelecimentos localizados em Portugal geraram um volume de negócios de 313,0 mil milhões de euros: em média, cada estabelecimento gerou cerca de 272,4 milhares de euros.

Densidade de estabelecimentos, por município, 2013

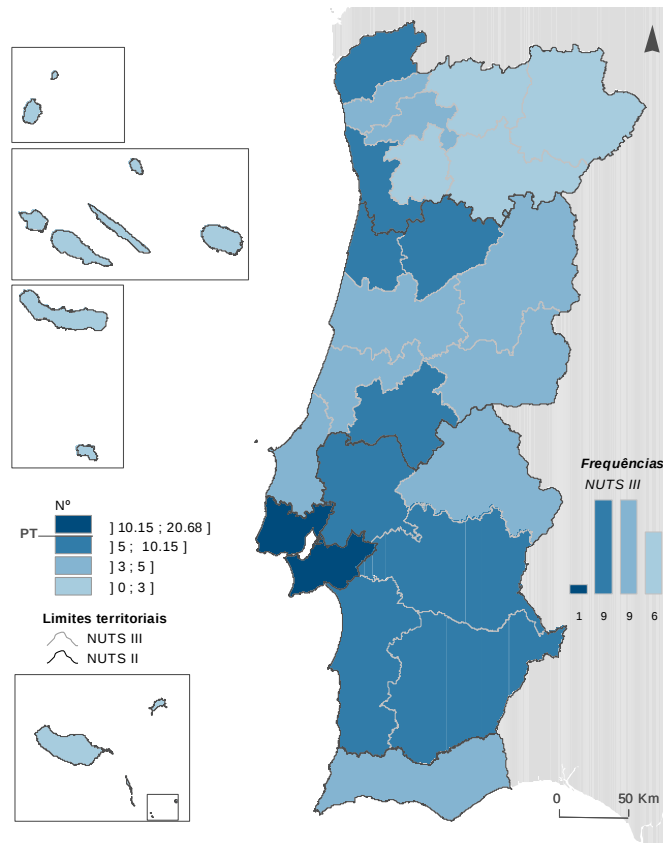


Em 46 dos 308 municípios, registaram-se valores acima da média do país. Os valores médios mais elevados de volume de negócios por estabelecimento verificaram-se nos municípios de Sines, Azambuja e Castro Verde (na região Alentejo), Oeiras, Palmela, Lisboa e Alcochete (na Área Metropolitana de Lisboa) e Alcanena, Vila Velha de Rodão, Oliveira de Frades, Estarreja, Constância e Figueira da Foz (na região Centro), todos com volumes de negócios por estabelecimento acima dos 500 mil euros.

Volume de negócios por estabelecimento, por município do estabelecimento, 2013



Proporção de pessoal ao serviço nas empresas maioritariamente estrangeiras, por NUTS III, 2013



Em 2013, das cerca de 3,4 milhões de pessoas ao serviço das empresas sediadas em Portugal, 10,15% estavam empregadas em empresas de capital maioritariamente estrangeiro (empresas com participação de capital estrangeiro superior a 50%). As empresas de capital maioritariamente estrangeiro sediadas na Área Metropolitana de Lisboa empregavam 20,68% do pessoal ao serviço das empresas aí sediadas, proporção que correspondia ao maior valor entre as NUTS III. Por outro lado, nas regiões autónomas e nas sub-regiões do Interior da região Norte (Alto Tâmega, Douro, Terras de Trás-os-Montes e Tâmega e Sousa), esta proporção não atingia 3%.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

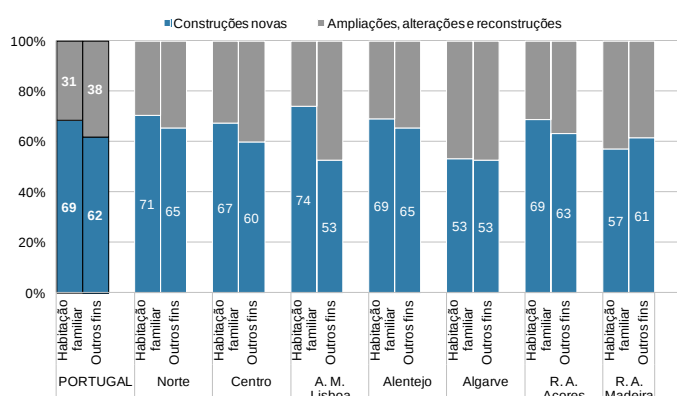
Em 2014, o número total de edifícios concluídos (de construções novas e relativos a ampliações, alterações e reconstruções) em Portugal foi cerca de 14,8 mil, representando um decréscimo de 31,1% face ao ano anterior. O decréscimo foi mais acentuado nos edifícios concluídos para habitação familiar (-40,2%) do que nos edifícios para outros fins (-9,7%). A Região Autónoma da Madeira e a Área Metropolitana de Lisboa registaram as diminuições mais expressivas: nestas regiões o número de edifícios concluídos para habitação familiar diminuiu mais de 50% face a 2013.

Em Portugal, do total de edifícios concluídos em 2014, cerca de 61% destinavam-se a habitação familiar.

Em 2014, a maioria dos edifícios concluídos para habitação familiar eram construções novas (cerca de 69%), correspondendo os restantes 31% a ampliações, alterações e reconstruções. Ao nível regional, nos edifícios para habitação familiar, a proporção de construções novas era mais elevada na Área Metropolitana de Lisboa (74%) e na região Norte (71%), enquanto as obras concluídas de ampliações, alterações e reconstruções de edifícios tinham maior importância regional no Algarve (47% dos edifícios concluídos para habitação familiar) e na Região Autónoma da Madeira (43%).

Em 2014, em Portugal, 38% dos edifícios concluídos para outros fins, que não para habitação familiar, resultavam de ampliações, alterações e reconstruções. Em termos regionais, este tipo de obras era mais expressivo na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve, correspondendo a 47% dos edifícios concluídos em ambas as regiões.

Repartição dos edifícios concluídos para habitação familiar e para outros fins, segundo o tipo de obra, por NUTS II, 2014

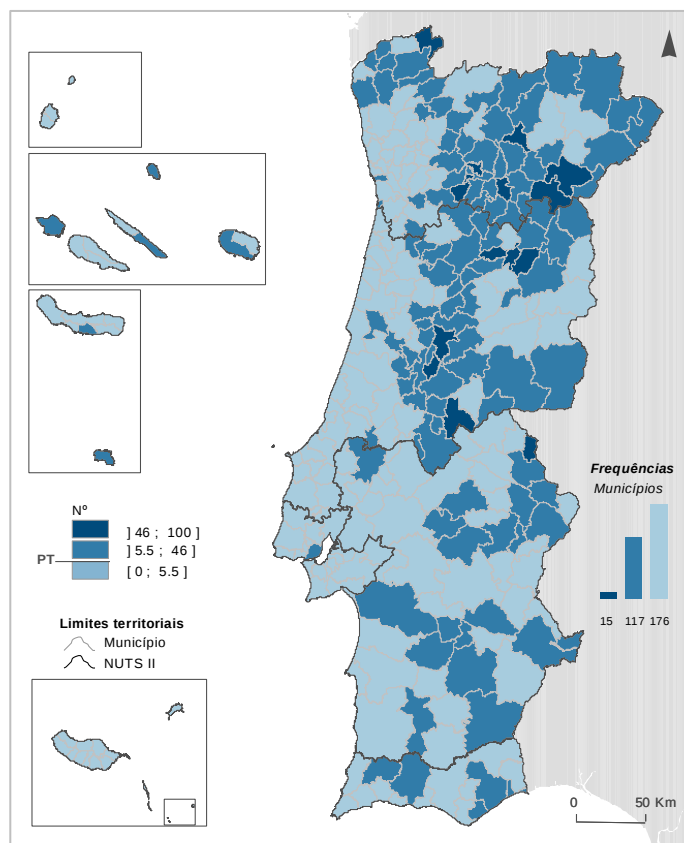


Em Portugal, no triénio 2012-2014, por cada 100 edifícios de construção nova para habitação familiar foram concluídas 5,5 reconstruções. O Douro foi a sub-região NUTS III com mais reconstruções por 100 construções novas concluídas (32,3). No outro extremo, o contínuo territorial formado, a Sul, pelas sub-regiões Oeste, Área Metropolitana de Lisboa, Lezíria do Tejo e Alentejo Central; e, a Norte, pelas sub-regiões Cávado, Anuários Estatísticos Regionais - 2014

Região de Aveiro e Área Metropolitana do Porto evidenciaram, a par da Região Autónoma da Madeira, menor intensidade de reconstruções face às construções novas concluídas.

A análise por município sugere que a reconstrução do edificado para habitação familiar foi mais relevante face às construções novas no Interior continental Norte e Centro, para além dos municípios do Alto Minho. Entre os 133 municípios com um rácio acima da média nacional, destacam-se Murça (100), Mação (91,3) e Penalva do Castelo (90,9) por terem registado, naquele triénio, mais de 90 reconstruções por 100 construções novas. Os municípios de Lisboa (8,9) e do Porto (9,1) destacam-se por apresentarem valores acima da média nacional neste indicador, contrastando com a maioria dos restantes municípios das respetivas áreas metropolitanas.

Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas para habitação familiar, por município, 2012-2014



SETOR MONETÁRIO E FINANCEIRO

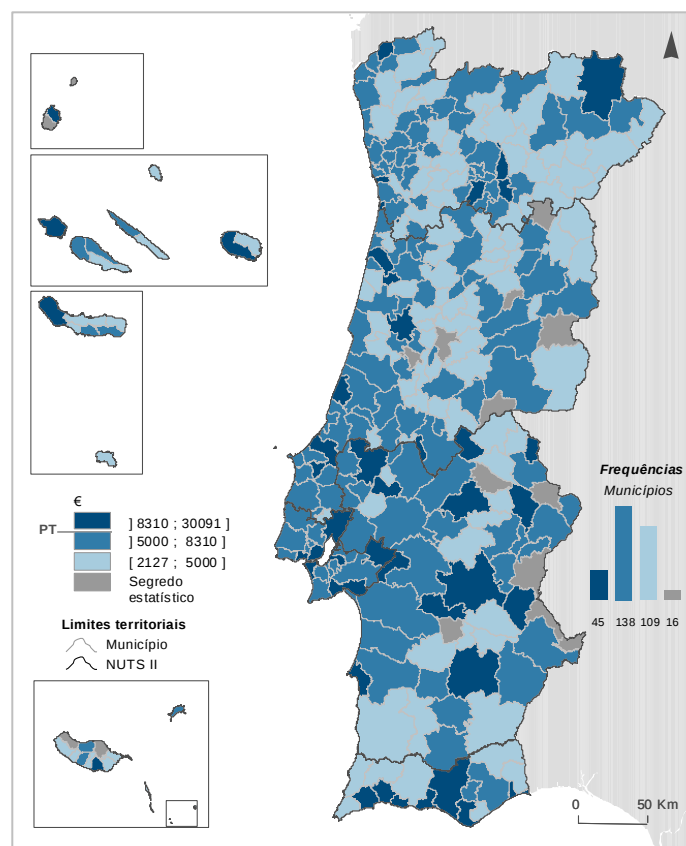
Em 2014, existiam em Portugal 5 720 estabelecimentos de outra intermediação monetária (bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo)¹, menos 264 do que em 2013, o que correspondeu a uma diminuição de cerca de 4,4% na rede de balcões destas instituições.

Os estabelecimentos de outra intermediação monetária concederam, em 2014, cerca de 86,4 mil milhões de euros de crédito a clientes para habitação, o que se traduziu num valor médio de cerca de 8,3 mil euros por habitante e numa redução de cerca de 8,4% face ao valor concedido no ano anterior. Em termos regionais, o crédito à habitação por habitante foi mais elevado nos estabelecimentos da Área Metropolitana de Lisboa (12,5 mil euros) e do Algarve (8,9 mil euros), únicas regiões a apresentarem valores superiores à média nacional.

Ao nível local, verificou-se que, em apenas 45 dos 308 municípios, o crédito à habitação por habitante superou a média nacional. Os valores mais elevados neste indicador registaram-se nos municípios de Lisboa (30,1 mil euros), Oeiras (23,6 mil euros) e Porto (17,6 mil euros por habitante).

Por outro lado, os valores mais reduzidos de crédito à habitação concedido por habitante registaram-se sobretudo em municípios das regiões Norte e Centro, em particular nas NUTS III Tâmega e Sousa, Alto Tâmega, Alto Minho, Beiras e Serra da Estrela e Viseu Dão-Lafões.

Crédito à habitação por habitante, por município, 2014



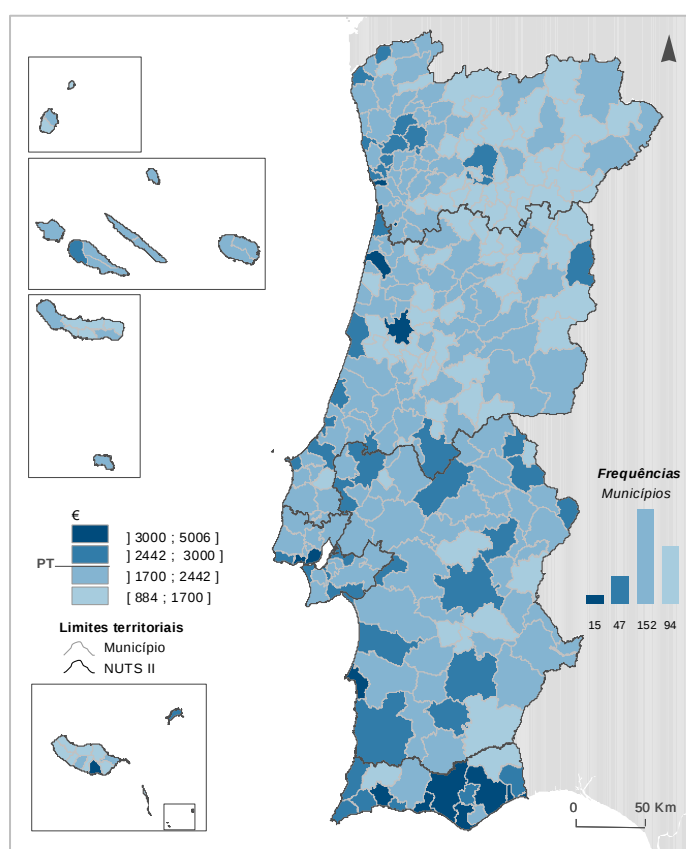
Em 2014, o valor dos levantamentos nacionais por habitante situou-se em 2 422 euros, representando um aumento de cerca de 1% face a 2013.

O Algarve (3 002 euros), a Área Metropolitana de Lisboa (2 778 euros), o Alentejo Litoral (2 641 euros) e a Área Metropolitana do Porto (2 549 euros) foram as únicas NUTS III que registaram valores de levantamentos nacionais por habitante acima da média nacional. As NUTS III da região Norte apresentavam os valores mais reduzidos neste indicador: Alto Tâmega (1 754 euros), Douro (1 773 euros), Tâmega e Sousa (1 880 euros) e Terras de Trás-os-Montes (1 963 euros).

¹ A intermediação monetária inclui o Banco Central para além da Outra intermediação monetária.

Para além dos municípios de Lisboa (5 006 euros), São João da Madeira (4 672 euros) e Porto (4 325 euros), os municípios do Algarve registavam os valores mais elevados de levantamentos por habitante: Albufeira (3 916 euros), Vila Real de Santo António (3 781 euros), Faro (3 506 euros), Portimão (3 212 euros), Loulé (3 170 euros) e Tavira (3 014 euros), sugerindo um efeito da atividade turística da região neste indicador.

Levantamentos nacionais por habitante, por município, 2014

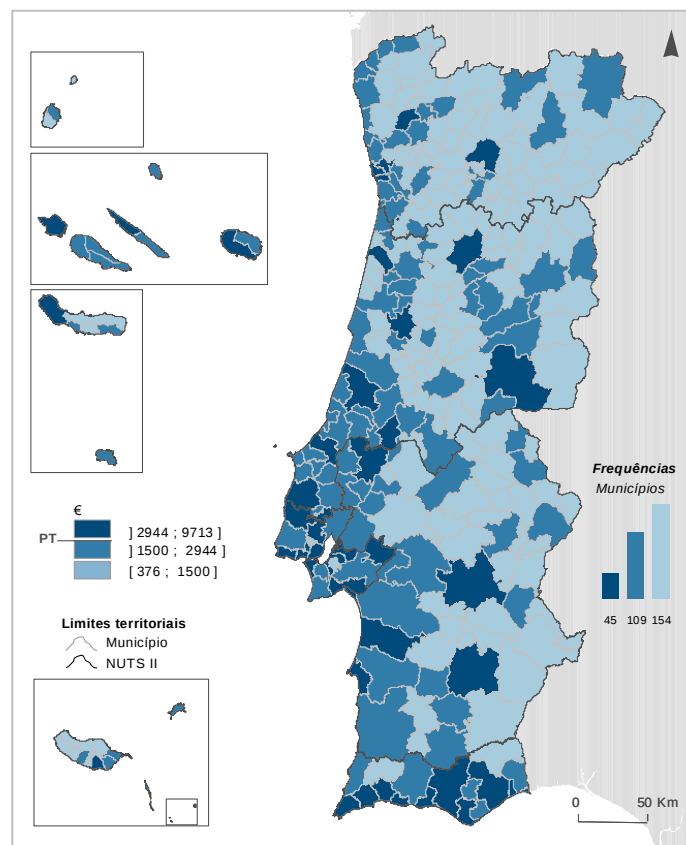


As compras através de terminais de pagamento automático aumentaram, em 2014, cerca de 6,7% face ao ano anterior e o valor de compras por habitante situou-se em 2 944 euros.

Os valores mais elevados neste indicador registaram-se sobretudo em municípios do Litoral continental e em municípios capitais de distrito. Nas regiões autónomas, salientam-se, com valores acima da média nacional, os municípios do Funchal (na Região Autónoma da Madeira)

e de Ponta Delgada, Velas, Angra do Heroísmo e Horta (na Região Autónoma dos Açores).

Compras através de terminais de pagamento automático por habitante, por município, 2014



PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A taxa de abstenção na eleição para a Assembleia da República, realizada a 4 de outubro de 2015, foi de 43%, tendo sido superior ao valor registado em 2011: 41,9%.

A Região Autónoma dos Açores apresentou a taxa de abstenção mais elevada (58,8%), seguida da Região Autónoma da Madeira (51,1%), do Algarve (48,6%) e da região Centro (44,4%), regiões onde se verificaram taxas de abstenção superiores à média nacional. A Área Metropolitana de Lisboa registou o maior nível de participação eleitoral, com uma taxa de abstenção de 39,9%.

Os municípios com maior taxa de abstenção localizavam-se nas regiões autónomas e na região Norte, destacando-se o facto de nenhum município das regiões autónomas ter registado uma taxa de abstenção inferior à média nacional.

Na região Norte, os valores mais elevados de participação política dos eleitores do território metropolitano do Porto e municípios envolventes contrastavam com níveis de abstenção mais elevados nos municípios do Interior Norte e da sub-região do Alto Minho (em particular nos municípios de Melgaço, Arcos de Valdevez, Monção, Valença e Paredes de Coura).

Os municípios com taxas de abstenção mais baixas situavam-se na região Centro: Sardoal (29,5%), Vila de Rei (29,6%), Mação (31,2%) e Vila Velha de Rodão (31,8%).

Taxa de abstenção na eleição para a Assembleia da República, por município, 2015

